

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Livia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO III

A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR

Noádia Munhoz Pereira

A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR

Noádia Munhoz Pereira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RESUMO: O artigo analisa a importância do dimensionamento político que é dado ao trabalho docente, visto que, a instituição universitária está vinculada a formação de profissionais de qualidade social referenciada. Sendo assim, cumpre entender a real intenção da reestruturação do capital no contexto de sua função mercadológica definida pelas relações de trabalho na modernidade que no intento de responder os interesses do sistema produtivo desenvolve uma nova configuração do trabalho docente no ensino superior. Também, busca apreender, as transformações das políticas educacionais como um dos componentes do trabalho docente assumindo uma posição clara de interrogação, abertura, dúvida, diálogo e aperfeiçoamento. Neste sentido, tem como objetivo traduzir a reforma da educação superior na busca de um novo modelo de gestão do trabalho docente; entender os impactos das matrizes dos organismos multilaterais e suas influências no direcionamento das inovações para o trabalho docente; e por fim identificar a redefinição do conceito de reestruturação produtiva, ou seja, como o trabalho é entendido e como o trabalhador entende a qualidade para o seu trabalho. O desenvolvimento da pesquisa está em fase de andamento e contará com a metodologia de análise documental, distribuição de questionários e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos na pesquisa, que são os professores gestores de cinco instituições de ensino superior públicas do estado de Minas Gerais. Portanto, frente à lógica racional e empresarial dos espaços formativos torna-se urgente identificar a concepção de gestão que são incorporadas nos discursos científicos de viabilização de uma nova política do trabalho docente, para então, gestarmos no ensino superior saberes que envolvem valores e princípios mais críticos de uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais, trabalho docente, reestruturação do capital e ensino superior.

A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR

No centro das propostas políticas para a construção do discurso da empregabilidade e do fortalecimento da cidadania a expansão das relações sociais que ainda preservam algum traço de condição humana prepara nas universidades aquele que vai entender esse movimento de integração orgânica e multilateral.

Segundo Junior (2008), o modelo de competência trata-se de um projeto político muito convincente de disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, de desnacionalização da economia brasileira, da desindustrialização brasileira, da transformação da estrutura do mercado de

trabalho, da terceirização e da precarização do trabalho em função da reestruturação do mesmo, da reforma do Estado e a restrição pública conjugada com a ampliação do privado, a flexibilização das relações trabalhistas, o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos e transito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho e a tendência ao desaparecimento dos direitos sociais do trabalho.

Visto que, a relação entre educação e trabalho é intrínseca, torna-se central a ligação entre a relação educação e mercado de trabalho. De modo que a educação tem-se submetido ideologicamente e estruturalmente sobremaneira a lógica do mercado. Assim, para Arendt (1957), vejamos:

A segunda ideia-base a tomar em consideração na presente crise tem a ver com o ensino. Sob influencia da psicologia moderna e das doutrinas pragmáticas, a pedagogia tornou-se uma ciência do ensino em geral, ao ponto de se desligar completamente da matéria a ensinar. O professor assim, nos é explicado – é aquele que é capaz de ensinar qualquer coisa. A formação que recebe é em ensino e não no domínio de um assunto em particular. (ARENDR, 1957, p. 6).

Neste sentido a autora aponta conceitos da crise na educação enquanto fator mais geral daí, portanto, universal e eminentemente político, ela fala do moderno e da não modernidade, ou seja, do período da modernidade que rompe com o pensamento Medieval, esse é o significado de Moderno. É interessante o professor e sua convivência com o aluno, de modo que, o mesmo deve aprender fazendo, assim ela diz que os próprios professores devem aprender alguma coisa, tais como, ‘ter qualificação e autoridade’, antes de serem colocados de frente para seus alunos.

Na educação e na escola os caminhos percorridos ao longo dos anos demonstram que essas instituições educativas são desafiadas em vários sentidos não apenas pela sociedade, mas pelas questões histórico-políticas que engendram seus determinantes internos e de toda a sua estrutura organizacional.

Neste sentido, portanto, os sujeitos que dela fazem parte são os personagens principais para as definições das questões que se colocam de tempos em tempos na gestão das políticas públicas dessas instituições educativas.

PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A CRISE EDUCACIONAL DE NOSSO TEMPO

As definições teórico-políticas de nosso tempo são construídas por concepções e conceitos históricos de suma importância para a formação de uma sociedade crítico-reflexivo, formadora de mentalidades e de diferentes opiniões sobre a realidade social.

Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava

necessariamente ligada à divisão de sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora nos aproximando, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. (ENGELS, 2002 p.195-196).

Neste contexto, o Estado é o mediador do conflito da sociedade, do ponto de vista econômico e do ponto de vista do autor, sendo assim, esse é o conceito de Estado Capitalista caracterizado desde o início do século passado. Em direção a sanar lacunas, que necessitam ser preenchidas, as políticas sociais recriam elementos, ações afirmativas de regulação desse Estado.

Suas principais características são: um governo de excesso de normas, que por sua vez, estimula a competitividade e cria um sistema de relações de trocas comerciais que substituem a identidade do sujeito. Assim, criam-se perspectivas de participação meritocrática, de modo que, o sujeito necessita aprender a conviver com o outro.

Recria-se então, o modelo de agências reguladoras do próprio mercado e podemos afirmar com veemência, sobre o surgimento de tempos em tempos de 'agências reguladoras' da própria identidade do sujeito enquanto elemento social.

Assim, historicamente a universidade e seus condicionantes internos precisam ser pensados e repensados, colocados sobre diferentes olhares do pensamento e aprofundamento teórico. Para tanto, a formação da classe trabalhadora, de todo o operariado em formação ou fora dela, necessitam compreender o que historicamente exerceu forte influencia sobre as mentes pensantes durante muitos séculos, o movimento de regência das classes é cíclico e os princípios e métodos da educação, caminham em conjunto, com o movimento tanto da classe burguesa, quanto da classe trabalhadora. O objetivo desse movimento cíclico é a busca constante pelo significado da educação e do ensino para a sociedade.

O povo como massa pensante desperta de sua aparente tranquilidade para traçar a inquietude revolucionária permanentemente da luta de classes. O motor da história autoriza de tempos em tempos o envolvimento das diferentes funções e ofícios do trabalho alheio para absolutamente protestar o status quo.

Metodologicamente a condução de publicações sobre a ordem do dia do trabalho, a composição de assembleias nacionais a fim de acolher os diferentes ofícios e seus pontos de vista, condicionou a decisão da maioria a regulamentar a ação e até mesmo transformá-la em conceitos, cultura, produção, reprodução, propriedade intelectual, limites, fronteiras, enfim, relações de trocas conceituais sobre a realidade social.

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei da marcha da história, lei segundo a qual todas as lutas históricas que se desenvolvem quer no domínio político, religioso, filosófico, quer em outro qualquer campo ideológico são, na realidade, apenas a expressão mais ou

menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por sua vez, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e de troca, que é determinado pelo precedente. Essa foi a lei. (MARX 2003, p 13)

Neste contexto, Marx reafirma que a atividade, o trabalho, criação material incessante dos homens, essa produção é a base de todo o mundo sensível tal como hoje existe, mundo sensível que é a soma da atividade viva e física dos indivíduos que o compõem, que não é objeto dado diretamente para toda a eternidade, e sempre igual a si mesmo, mas antes produto da indústria e de estado da sociedade, isto é, um produto histórico.

Sendo assim, o trabalho enquanto atividade humana dependente das relações sociais entre os sujeitos pensantes de sua atividade foram de tempos em tempos vítimas de inúmeras interferências não apenas de histórico de sua existência humana, mas também do que vem de fora do seu meio, assim, o objeto se modifica conforme as influências recebidas pela sociedade em determinado tempo histórico. Às vezes, são interferências mais bruscas e às vezes mais suaves, no entanto, na medida em que o homem se relaciona com o seu meio, ele naturalmente se apropria da natureza existencial do trabalho, ou seja, ele torna-se um produto da sociedade.

A transformação da natureza por meio do trabalho é considerado aqui um ato reflexivo que gera a consciência, assim para Arendt (2009) labor e trabalho são atividades através das quais o homem renova o ciclo natural da sua própria vida ou transforma os objetos sociais. Deste modo o *labor* é um conceito muito mais ligado à necessidade do que à vontade, já *trabalho* é considerado a atividade que eleva o homem de *animal laborans* a *homo faber*.

O homem da sociedade moderna promove uma forte valorização do trabalho devido a utilidade provida de valor as coisas, pois a maior necessidade do homem está despertada até então para a execução impensada à ordens de outrem vinculada a um maior poder, cargo ou função de decisão. Aqui a ação é desvinculada de sua naturalidade e torna-se limitado ao contexto em que se está inserido, seja a fábrica, a empresa, a escola ou a universidade.

As relações de trabalho determinaram o que realmente ensinar para a classe trabalhadora. O imediatismo do operariado ficou refém das determinações da conjuntura econômico-social. O conteúdo enquanto princípio educacional para e do trabalho perpassam a elaboração do ponto de vista de relações de trabalho meramente mercantilista, de finalidade lucrativa e expansionista dos quadros de comando.

...com o progresso da indústria, setores inteiros da classe dominante são lançados no proletariado, ou pelo menos se veem ameaçados em suas condições de existência. Também esses setores fornecem ao proletariado uma massa de elementos de educação (MARX & ENGELS 2009, p. 65)

Com a inauguração da educação pública obrigatória os anseios da classe trabalhadora foram sendo cogitados com mais veemência nos canais de ampliação

da qualidade do quê realmente ensinar para a classe trabalhadora independente do contexto econômico-social do momento.

A ação pautada no progresso requer o peso da mão de obra qualificada para a inserção ao mercado de trabalho, isto é, o direcionamento do saber cumpre a agenda de necessidade dos quadros a serem ocupados pelos indivíduos nos diferentes espaços de produção e organização do processo de trabalho.

O papel da educação longe de ser matéria de inculcação, capacitou para outro modo de fazer, para depois o pensar ser naturalmente substituído pela exigência do fazer, isto é, a educação e o ensino público e gratuito foi uma conquista da coletividade em sua historicidade segundo o ponto de vista marxista e se solidificou como mecanismo de emancipação da classe trabalhadora. Vejamos a síntese do autor:

Essa organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente abalada pela concorrência entre os próprios operários. Mas renasce sempre, cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Ela se aproveita das dissensões internas da burguesia para força-la reconhecer, sob forma de lei, certos interesses da classe operária. (MARX & ENGELS 2009, p.65).

Afirma-se que de todas as classes que compõem a burguesia, somente o proletariado é verdadeiramente revolucionário, assim sendo, essa classe que se solidificou, cria e recria elementos, de educação e ensino, que são muito valiosos para o entendimento, do que podemos caracterizar, como a crise da educação brasileira.

O ajustamento em primeiro lugar de uma força de trabalho destinada a uma nova ordem mundial do capital é sensivelmente sentida e também a constituição de canais de participação frente ao processo de individualização do coletivo de trabalhadores fragilizam toda e qualquer iniciativa de ruptura a frenética acumulação do capital.

Um novo modelo de operariado se organiza, no qual, a hierarquização de funções inaugura nas relações de trabalho aquele que pode apenas obedecer frente aqueles que podem controlar ainda mais a produção individual por ser especialista em cargo de chefia.

Os conflitos internos inauguraram um novo perfil de operário e de classe operária e também de organização da gestão da força de trabalho. Neste sentido a formação para o trabalho é componente estratégico de seu tempo.

A educação segundo Arendt (1957) vem pelo exemplo, de modo que o passado é o modelo orientador de realização humana de explicação existencial. Toda grandeza reside no que foi. Sendo assim, a autoridade do professor funda-se na autoridade do passado enquanto tal, pois no mundo moderno a crise eclodiu. Vejamos:

...a inquietação do homem de nossos dias é a inquietação de uma época de transformações que se aprofundam à medida em que este toma consciência de seu papel de ator e diretor da própria existência. Por outro

lado, o processo de abertura, diálogo, coloca-se como uma das características mais importantes de nosso tempo. (MARX, 2002, p. 9)

No mundo moderno alguns conceitos se perdem, tais como, o de tradição e autoridade. Daí podermos aplicar esses conceitos aos educadores e professores, de modo a posicionarmos radicalmente diferente daquela atitude de passividade frente ao passado. Na prática, a função da universidade é voltar ao passado e consagrar o presente.

Portanto, a educação não se deve servir de elementos estruturais da crise do capital para tornar-se refém de suas estratégias e controle de gestão tais como as relações históricas estabelecidas como modelo orientador de reformas de imposição do capital.

As reformas educacionais imprimiram uma nova concepção de homem no contexto da organização do processo de trabalho, pois obrigou o homem a se ajustar aos novos padrões sociais e a novas formas de gestão do trabalho, como por exemplo, lidar com a antes verticalização fordista e depois com a horizontalização intensa do trabalho toyotista, enfim, a multivariada de funções e a terceirização de serviços devido ao fenômeno da mundialização do capital.

Os esforços conceituais até então foram de pontuar socialmente as relações de trabalho e de educação que marcaram a evolução das concepções de formação crítico-social da classe operária, assim sendo, a educação e o trabalho caminham juntos numa via de mão dupla de modo que quem chegar primeiro explica as objeções do segundo.

5.1. A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E O TRABALHO DOCENTE

O novo estilo técnico e financeiro da modernidade corresponde a uma forma de internacionalização de capital humano, a estratégia técnica e financeira segundo Chesnais (1996) é resultado de uma evolução das atividades das companhias no mercado externo, ou seja, dos países desenvolvidos para os países periféricos. A ação varia de produção material direta para o fornecimento de serviços, de modo que a competitividade está alicerçada na definição de um *know-how* e na P&D dos setores onde se aplicará a tecnologia competente. A produção e comercialização do grupo empresarial e suas filiais precisam basear-se em relações com outras empresas, assim, multiplica-se as participações minoritárias de companhias coligadas que é o que podemos chamar de acordos de *terceirização* e de cooperação entre as empresas.

O capital define-se como um valor (que no caso das multinacionais, atingiu determinadas massas), cujo objetivo é a autovalorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital, tem, em última análise, caráter contingente. Nessas condições, um dos atributos ideais do capital, que é também, mais do que nunca, um dos objetivos concretos colocados pelos grupos, é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas

modalidades de comprometimento setorial ou geográfico – qualquer que tenha sido sua importância na formação e crescimento do grupo -, bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir. (CHESNAIS, 1996, p. 81)

A vantagem do capital no comércio internacional está na criação de vantagens de manutenção do lucro ao proporcionar em acordos a apropriação cada vez mais veloz de rendas nacionais e a sua utilização maximizada em nível mundial, o que quer dizer que a natureza dos bens ganha forma na medida em que as aplicações produzem maior ou menor valorização desse capital investido.

No centro dessa nova ordem devemos atentar para as relações estabelecidas entre as empresas, pois esse novo estilo, faz parte de uma nova ordem econômica e corporativa, de modo que, suas estruturas corporativas impactam significativamente no modus operante do ensino superior brasileiro.

O capital financeiro torna-se hegemônico e o monetarismo assume o lugar da macrogestão econômica em nível mundial, influenciando largamente as estruturas das grandes companhias mundialmente organizadas e dos Estados nacionais e instituições republicanas, com destaque neste projeto para a instituição universitária pública, tornando altamente instáveis as sociedades nacionais e a irracionalidade que viceja em nível planetário. (LUCENA&SILVAJUNIOR 2012, P.99).

As universidades públicas brasileiras correm o risco de serem colocadas estrategicamente nas áreas de trabalho rentáveis do processo econômico de apropriação de pesquisas em institutos de pesquisa consolidadas e de alto nível científico no país. É a esse nível que se dilui a ameaça a essas instituições tão caras ao exercício do saber socialmente referenciado. As multinacionais de novo estilo e de estratégias tecno-financeiras são a materialização de atividades bem sucedidas em torno do fornecimento de serviços de alta tecnologia.

Na prática a intensificação da precarização das condições de trabalho do pesquisador em seu processo de investigação é evidenciado pela profunda imposição de uma nova racionalidade para a produção científica. Formas de gestão e de políticas acadêmicas e científicas se realizam por resultados e créditos incorporados em projetos de pesquisa, avaliações e financiamentos no trabalho docente nas instituições públicas de ensino superior.

A intensificação e a conseqüente desqualificação do trabalho docente encerram o tempo de vida tanto dos indivíduos como da humanidade, visto que, o tempo do capital implica na degradação e na exploração da mais valia. O trabalho intensificado desses docentes tem causado o forte processo de estranhamento que expõe o trabalhador a profundos sofrimentos.

O modo capitalista de produção causa esse estranhamento na medida em que:

Ao estabelecer relações sociais antagônicas, de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano. (BRAVERMAN 1981, p.113)

Mediante esse quadro, do ponto de vista da identidade do trabalho docente, é recorrente na literatura do tema, e fica nítido que as relações de trabalho, de privatização, de desestatização, de publicização das instituições públicas, de racionalização do Estado, todas essas tendências político-institucionais recaem sobre a subjetividade profissional dos professores aprofundando em uma crise de identidade profissional e/ou mal estar docente (Marques, 2009, p.44).

Direta e indiretamente as reformas não são apenas mudanças que introduzem na organização e no conteúdo da prática educativa, mas, sobretudo, na maneira de pensar tal organização e conteúdo, sendo assim, para a sociedade e para a comunidade docente, a implementação de estratégias de gestão são agentes portadores de legitimidade social e de coesão social fortemente difundidas nas relações de trabalho na universidade.

Mais específico, no que diz respeito a atuação dos docentes, identifica-se que ao anunciar a implementação de inovações, a autonomia enseja a iniciativa de adesão ou não a determinado projeto ou plano de ensino, avaliação, orçamento introduzido pela unidade gestora de implementação da inovação. No entanto, a resistência é sensivelmente sentida no âmbito das decisões avaliadas nos conselhos das unidades acadêmicas de maneira geral quanto ao reproduzir qualquer recomendação vinda de grupos com ou sem autoridade legítima para implementar a mudança.

Assim, pode-se afirmar que as transformações das identidades e dos profissionais se dão no interior da forma atual do capitalismo no Brasil, na qual se produz uma regulação social que procura uma 'nova institucionalidade', assentada na busca do consenso entre antagônicos por meio de política de negociação e de uma brutal ofensiva ideológica contra tudo o que seja aparentado com soberania popular, esta submetida à política econômica aceita desde o início dos anos de 1990. (SILVA JR & SILVA, 2008, p.195).

Neste contexto, a mudança de identidade e precarização e intensificação do trabalho do professor das instituições universitárias implicam em conflitos identitários de normatização histórica de sua carreira e de exigências a um produtivismo de lógica mercantilistas deliberadas por agências de fomento à pesquisa.

Com o advento do Plano Diretor da Reforma do Estado, liderado pelo ex-ministro Bresser Pereira traços marcantes de diferenciação, discriminação, competitividade, produtivismo acadêmicos e a busca por financiamento rumo a complementação de salários, fazem com que o trabalho docente encerre aqui certa racionalidade de proposta do capital.

Vale ressaltar que o espaço de conquista do trabalho docente no ensino superior são sentidos com a atuação de lutas e greves lideradas em primeiro lugar pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) e depois pelo Sindicato da mesma associação. Com o movimento social docente organizado, as deliberações governamentais lançam mão de inúmeros mecanismos jurídicos, com o intuito de desmobilizar o movimento docente, no entanto, a unidade institucional

do movimento permaneceu firme em seus embates rumo a valorização do trabalho docente, o que ocasionou, muitas vezes a duração de greves que ultrapassam os 100 dias.

Historicamente, com a instalação do Grupo de Estudo para Reforma do Ensino Superior (Geres), muitos foram os embates temáticos sobre a implementação de uma universidade de ensino versus uma universidade de pesquisa. Tal debate envolve o cotidiano das instituições e inaugura uma nova conjuntura de regulação e consolidação de um novo modelo de gestão. A carreira docente dispõe da regulamentação de um regime jurídico único dos servidores estruturada por classes e níveis, portanto, a ressignificação dessa disposição implicará em nova regulação e controle social por grande parte da instituição, pois acrescentará demandas que abalarão o real significado do fazer docente em sala de aula.

Além de tais mudanças trazerem efeitos marcantes na carreira docente, também, demonstraram claros prejuízos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Desta feita, a reestruturação do capital traçou uma linha contínua e tênue de mercantilização do saber, ao intensificar e flexibilizar demandas do capital no interior da instituição educativa, por meio de reformas, normatizações, planos, metas e implementação de novos modelos de gestão tecnofinanceira regidos pela lei do capital.

No entanto, há de se ressaltar de tempos em tempos que a instrumentalização do ponta pé inicial de qualquer emancipação humana dependem muito da instrumentalização social que o ambiente das instituições universitárias devem se fundamentar, pois a função social movida pelo consenso das relações mercantilistas são rompidas com a ascensão, sobretudo, da afirmação da verdade absoluta de que a construção do pacto social e da sociabilidade do ser humano é o cerne da sua constituição histórica, enquanto instituição social.

O conhecimento em meio a realidade do capitalismo tende a ser uma busca pragmática, no sentido de que se orienta para a busca da perspectiva social, mas , o conhecimento está ainda inserido na tentativa de resolução da contradição entre solucionar a problemática da sociabilidade humana e de outro, na tentativa, de contribuir para o crescimento econômico. (Silva Jr & Silva, 2008, p. 211). Daí, a universidade ser adaptável e fazer-se útil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que o trabalho sofreu modificações em sua organização, com o fordismo é introduzida na prática das relações sociais um modelo de organização, ficou claro até então, que organizar é administrar, e administrar é chamar certa racionalidade nas relações sociais na universidade, que é a nossa problemática, portanto, a organização é uma administração científica racional.

A administração científica racional do trabalho trouxe novas divisões entre os que possuem poder porque possuem saber e os que não possuem poder porque não

possuem saber. Dessa maneira, o discurso de implementação da gerencia científica acentua cada vez mais a divisão social das classes, que de certa maneira no campo da sociedade do conhecimento indica os competentes e os não competentes.

O discurso competente segundo Chauí (2014) se realiza dentro da organização competente, na medida em que, os sujeitos e as classes sociais incompetentes, objetos sociais conduzidos, dirigidos e manipulados pela organização se encarregam de privatizar seu próprio saber. Isso se manifesta também na nova forma assumida pela universidade como organização que fornece diplomas, assim, alimenta a ideologia da competência e se esquece das atividades principais de pesquisa e formação crítica.

Sob os ventos do progresso o novo estilo de atuação tecnocientífico das empresas multinacionais influenciaram as instituições nacionais quando impõem projetos de apropriação de alto nível científico nos ditos países 'periféricos'. Desta feita, a submissão há uma política econômica se intensifica a partir da Reforma do Estado dos anos de 1990.

É importante pontuar os sensíveis impactos da reforma no papel que a universidade vem desempenhar após a política de reforma modernizadora, ou seja, hoje, a educação significa o adestramento de mão-de-obra para o mercado, pois segundo o capital, a educação é um investimento, portanto, a universidade fornece força de trabalho para o capitalismo. Vejamos:

A universidade está estruturada segundo o modelo organizacional da grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição. Isso significa que nos equivocamos quando reduzimos a articulação universidade-empresa ao polo do financiamento de pesquisas e do fornecimento de mão-de-obra, pois a universidade encontra-se internamente organizada conforme o modelo da grande empresa capitalista. (CHAUÍ, 2014, p.70)

O único equívoco encontra-se em não apreender essa dependência da universidade frente a empresa capitalista não apenas no seu modo de organização mas também no seu modo de produção. Na medida em que a pesquisa prescreve os ritos temáticos de uma sociedade intelectual dependente de uma ideologia competente não é pra menos que os fins traduzem os meios.

A difícil questão é que o perfil da universidade moderna é delineado a partir do momento que a organização administrada da universidade denuncia a sofrível burocracia administrada, a falta de autonomia econômica e cultural e a desvalorização do trabalho docente.

Assim, enquanto o saber estiver o uso direcionado para o exercício do poder, os sujeitos dessa relação social estarão reduzidos a mera reprodução do fazer pedagógico. O trabalho pedagógico é aquele destinado a suprir as necessidades intelectuais do aluno a fim de que em seu lugar surja aquele que é igual a um professor, ou seja, outro professor. A construção do diálogo advém da participação coordenada pelo professor no exercício de sua autoridade daí o início de um significativo ato de ensinar e aprender na perspectiva da democracia universitária.

O papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento econômico do país é

recente, datando especificamente na data de 1980, após 20 anos de regime autoritário. Neste momento, a comunidade científica simboliza o desejo de participar das decisões do governo no que diz respeito ao fomento da pesquisa que se encontrava dispersa e desarticulada, o que inviabilizava a formulação e execução de uma ação política firme e consistente no país. (OLIVEIRA, 2004, p.76)

Nesta época surge um novo projeto político de revisão da estratégia de 'substituição de importações', perpassando os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O desenvolvimento da ciência e tecnologia se insere na política estatal caracterizada pela via de produção de bens e serviços e agora pela função de regulação e promoção dos bens e serviços, isto é, o desenvolvimento dos serviços de ciência e tecnologia se realizam à custa da transferência, para o setor privado, das atividades que pudessem ser controladas pelo mercado de trabalho.

Mais uma vez e outra vez, o governo federal no intuito de reduzir sua função de financiador e atuar como planejador e coordenador da política pública, modifica o financiamento e a gestão da pesquisa. O governo mesmo com a característica central de inovação, com várias tentativas de parcerias, contribuições diversas, licenças, autorizações, doações, incentivos fiscais, chega-se no ano de 2003 no primeiro ano do governo Lula da Silva com poucos recursos no tesouro nacional, destinado a recuperação das instituições públicas universitárias, tais como, laboratórios, manutenção e desenvolvimento de pesquisas aplicadas. A opção do governo Lula no intuito reafirmar sua prioridade à inovação tecnológica foi a 'compra de pacotes científico-tecnológicos dos centros mais avançados', sendo assim, a ciência e tecnologia científica foram e são impossibilitados de fazerem parte de um projeto nacional de desenvolvimento econômico, social e cultural. (OLIVEIRA, 2004, p.80-81).

O que podemos concluir é que o ensino superior brasileiro encontra-se na periferia do capitalismo, a partir do momento em que o conhecimento tecnológico conduz a dominação e abre margem para o planejamento de uma política de inovação científica macroeconômica. Também, em curso a gestão do trabalho docente no atual governo passa por um processo abrupto de empresariamento do ensino, demonstrando seus impactos no âmbito da subjetividade do professor universitário, o que por sua vez, ocasiona o alto índice de estranhamento de seu papel de pesquisador e difusor do conhecimento crítico e reflexivo no mundo moderno.

REFERENCIAS

ABERS, R.;SERAFIM, L. & TATAGIBA, L. Repertórios da interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**. (online). 2014. Vol.57, nº2, (pp 325-357).

ARENDT, Hannah. A crise na educação. **Partisan Review**, n. 25, 4 ed, 1957. (p193-

513).

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1981 (parte I caps 1-6 p. 47-134)

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. André Rocha (org). Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**; tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

ENGELS, Friedrich (1820-1895). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**; tradução de Leandro Konder. 16ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JUNIOR, João dos Reis da Silva. Instituição escolar e trabalho docente. In RODRIGUEZ, Margarita V. & ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora, UCDB, 2008. (p.151-189)

LIMA, Antonio Bosco de & OMENA, Adriana C. Capital, trabalho e política social uma relação (extra) conjugal. In: PREVITALI, Fabiane S; FARIA, Andrea Farina de. (org). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. (p.75-89).

LUCENA, Carlos & SILVA JUNIOR, João dos Reis. O tempo, o trabalho e o ser social professor pesquisador. In: PREVITALI, Fabiane S; FARIA, Andrea Farina de. (org). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. (p.91-107).

MACIEL, Rosana Mendes & PREVITALI, Fabiane Santana. A reestruturação produtiva e seus impactos no trabalho docente. In: PREVITALI, Fabiane S; FARIA, Andrea Farina de. (org). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012 (p.109-126).

MARQUES, Mara R. A. Políticas públicas de formação de professores: estratégias de regulação e questão da autonomia. In; GARCIA, Dirce M.F. & CECÍLIO, Salua. **Formação e profissão docente em tempos digitais (orgs)**.Campinas, SP: Editora Alinea, 2009, (p. 41-55).

MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Tradução Silvio Donizete Chagas. 3ª edição. São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Braga, São Paulo: Editora Escala, 2009 (Coleção grandes obras do pensamento universal).

MARX, Karl. **A questão judaica**. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl, (1818-1883). **O capital: crítica da economia política**/tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Cap 1 e 5).

MASCARENHAS, Angela C. Belem. Educação, trabalho e política: uma relação inevitável. In: MASCARENHAS, Angela C. Belem (org). **Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição**. Goiania: Editora UCG, 2005. (p.161-170)

OLIVEIRA, Marcos M. Ciência e tecnologia no governo Lula: a inovação do ensino. In: NEVES, Lucia. M. W.N. (org). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. (p.73-89).

SILVA JR, João dos Reis & SILVA, Eduardo Pinto. Carreira Docente diante da atual configuração da pós-graduação: pragmatismo, intensificação e precarização do trabalho do professor. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR, João dos Reis da & OLIVEIRA, João F. (orgs). **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. (p.189-222) (Coleção Políticas universitárias).

ABSTRACT: The article analyzes the importance of the political dimension that is given to teaching, since the university is linked to training referenced social quality professionals. Therefore, we must understand the real intention of the restructuring of capital in the context of its marketing function defined by the labor relations in modernity in an attempt to answer the interests of the production system develops a new configuration of teaching in higher education. Also, attempts to grasp, the transformation of educational policies as a component of teaching taking clear mark position, opening, doubt, dialogue and improvement. In this sense, aims to translate the reform of higher education in the search for a new teaching management model; understand the impacts of arrays of multilateral organizations and their influence on the direction of innovation for teaching; and finally identify the new definition of productive restructuring, ie, how the work is understood and how the worker 'quality to his work. The development of research is ongoing phase and will be documentary analysis methodology, distribution of questionnaires and semi-structured interviews with those involved in the research, which are the manager's teachers from five public higher education institutions in the state of Minas Gerais. Therefore, opposite the rational and business logic of formative spaces becomes urgent to establish the concept of management that are incorporated into scientific discourse of viability of a new policy of teaching, then, gisarmes in higher education knowledge involving values and principles more critical of a society. Keywords: Educational policies, teaching, capital and higher education restructuring.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darlucea@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleia.ufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493